



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE
ESCRAVIZADO E TRÁFICO DE PESSOAS
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

[REDAZIDA] Ltda - CNPJ 03.214.692/0001-69

MADEIREIRA [REDAZIDA]

Período da Operação: 07/10/2024 a 18/10/2024



LOCAL: Madeireira [REDAZIDA]

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 25°27'58" S 49°35'18" W

ATIVIDADE: 1610-2/01 - Serraria com desdobramento de madeira

NÚMERO DA OPERAÇÃO NO SISTEMA IPÊ: [REDAZIDA]

NÚMERO DA ORDEM DE SERVIÇO: [REDAZIDA]

OPERAÇÃO Nº: 63/2024



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE
ESCRAVIZADO E TRÁFICO DE PESSOAS
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

ÍNDICE

1. EQUIPE	5
2. DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL	7
3. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO	8
4. DA AÇÃO FISCAL	9
4.1. Das informações preliminares, localização do estabelecimento, atividade econômica e organização do trabalho.	9
4.2. Da informalidade na contratação de trabalhadores.	10
4.2.1 Do descumprimento de outras obrigações em decorrência da informalidade	10
4.2.1.1 Da falta de anotação da CTPS no prazo de 5 (cinco dias) úteis após a admissão.	11
4.3. Das irregularidades referentes à gestão de saúde e segurança do trabalho	12
4.3.1 Deixar de submeter o trabalhador a exame médico admissional.	12
4.3.2. Deixar de emitir o Atestado de Saúde Ocupacional com o conteúdo mínimo previsto na NR-7. Erro! Indicador não definido.	
4.3.3. Deixar de fornecer armários de compartimentos duplos ou dois armários simples nas atividades laborais em que haja exposição e manuseio de material infectante, substâncias tóxicas, irritantes ou aerodispersóides, ou	



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE
ESCRAVIZADO E TRÁFICO DE PESSOAS
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

naquelas em que haja contato com substâncias que provoquem deposição de poeiras que impregnem a pele e as

roupas do trabalhador. **Erro! Indicador não definido.**

4.3.4. Deixar de fornecer gratuitamente ao trabalhador vestimentas de trabalho. ... **Erro! Indicador não definido.**

4.3.5. Disponibilizar quarto de dormitório em desacordo com as características estabelecidas no item 24.7.3 e

subitens da NR 24. **Erro! Indicador não definido.**

4.3.6. Manter recipiente de armazenagem de gás liquefeito de petróleo - GLP instalado em área interna, sem

ventilação e/ou sem observância das normas técnicas brasileiras pertinentes. **Erro! Indicador não definido.**

4.3.7. Manter estabelecimento desprovido de vestiário quando a atividade exigir a utilização de vestimentas de

trabalho, ou quando for imposto o uso de uniforme cuja troca deva ser feita no próprio local de trabalho, ou

quando a atividade exigir que o estabelecimento disponibilize chuveiro. **Erro! Indicador não definido.**

4.3.8. Deixar de oferecer aos trabalhadores local em condições de conforto e higiene para tomada das refeições

por ocasião dos intervalos concedidos durante a jornada de trabalho. **Erro! Indicador não definido.**

4.3.9. Deixar de oferecer aos trabalhadores local em condições de conforto e higiene para tomada das refeições

por ocasião dos intervalos concedidos durante a jornada de trabalho. **Erro! Indicador não definido.**

5. DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GEFM 13

6. DOS AUTOS DE INFRAÇÃO 13

7. DOS INDICADORES DE SUBMISSÃO DE TRABALHADOR A CONDIÇÃO

ANÁLOGA À DE ESCRAVO 14



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE
ESCRAVIZADO E TRÁFICO DE PESSOAS
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

8. GUIAS DE SEGURO-DESEMPREGO DO TRABALHADOR RESGATADO	14
9. CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS	14



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE
ESCRAVIZADO E TRÁFICO DE PESSOAS
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

1. EQUIPE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Auditores-Fiscais do Trabalho

•		CIF		Coordenadora
•		CIF		Subcoordenador
•		CIF		Membro efetivo
•		CIF		Membro efetivo
•		CIF		Membro eventual
•		CIF		Membro eventual

Motoristas

•		Mat.		Motorista oficial
•		Mat.		Motorista oficial
•		Mat.		Motorista oficial

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

•		Mat.		Procuradora do Trabalho
•		Mat.		Agente de Polícia do MPU

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

•		Mat.		Policial Rodoviário Federal
•		Mat.		Policial Rodoviário Federal
•		Mat.		Policial Rodoviário Federal
•		Mat.		Policial Rodoviário Federal
•		Mat.		Policial Rodoviário Federal
•		Mat.		Policial Rodoviário Federal



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE
ESCRAVIZADO E TRÁFICO DE PESSOAS
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

POLÍCIA FEDERAL

•		Mat.		Agente de Polícia Federal
•		Mat.		Escrivã de Polícia Federal
•		Mat.		Escrivão de Polícia Federal

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

•		Mat.		Procurador da República
•		Mat.		Agente de Polícia do MPU
•		Mat.		Agente de Polícia do MPU
•		Mat.		Agente de Polícia do MPU
•		Mat.		Agente de Polícia do MPU



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE
ESCRAVIZADO E TRÁFICO DE PESSOAS
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

2. DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL	
• Empregador:	[REDACTED]
• CNPJ:	03.214.692/0001-69
• Nome Fantasia:	Madeireira [REDACTED]
• Proprietário:	[REDACTED]
• CPF:	[REDACTED]
• CNAE:	1610-2/01 - Serraria com desdobramento de madeira
• Endereço da propriedade rural:	[REDACTED]
• Telefone(s):	[REDACTED]
• e-mail:	[REDACTED] (contabilidade), [REDACTED] (SST)



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE
ESCRAVIZADO E TRÁFICO DE PESSOAS
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

3. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

Trabalhadores alcançados pela ação fiscal	02
Empregados sem registro - Total	02
Empregados registrados sob ação fiscal - Homens	02
Empregados registrados sob ação fiscal - Mulheres	00
Trabalhadores em condição análoga à de escravo - Total	00
Trabalhadores resgatados - Total	00
Mulheres em condição análoga à de escravo - Total	00
Mulheres resgatadas - Total	00
Trabalhadores menores de 16 anos encontrados - Total	00
Trabalhadores entre 16 e 18 anos encontrados - Total	00
Trabalhadores menores de 16 anos resgatados	00
Trabalhadores entre 16 e 18 anos resgatados	00
Menores submetidos a piores formas de trabalho infantil	00
Trabalhadores estrangeiros em condição análoga à de escravo	00
Trabalhadores estrangeiros registrados sob ação fiscal	00
Trabalhadores estrangeiros resgatados - Total	00
Mulheres estrangeiras resgatadas	00
Trabalhadores menores de 16 anos estrangeiros resgatados	00
Trabalhadores entre 16 e 18 anos estrangeiros resgatados	00
Trabalhadores indígenas em condição análoga à de escravo	00
Trabalhadores indígenas resgatados	00
Trabalhadores vítimas de tráfico de pessoas	00
Trabalhadores vítimas de exploração sexual	00
Guias de Seguro Desemprego do Trabalhador Resgatado	00
Valor bruto das rescisões	R\$ 0,00
Valor líquido das rescisões recebido pelos trabalhadores	R\$ 0,00
Termos de Ajustamento de Conduta (MPT/DPU)	00
Valor dano moral individual	R\$ 0,00
Valor dano moral coletivo	R\$ 0,00
FGTS mensal recolhido/notificado no curso da ação fiscal	R\$ 0,00
Nº de autos de infração lavrados	03
Termos de apreensão de documentos	00
Termos de interdição lavrados	00
Termos de notificação	00
Termos de suspensão de interdição	00
Prisões efetuadas	00



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE
ESCRAVIZADO E TRÁFICO DE PESSOAS
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

4. DA AÇÃO FISCAL

4.1. Das informações preliminares, localização do estabelecimento, atividade econômica e organização do trabalho.

Na data de 10/10/2024, teve início, por meio de inspeção no local de trabalho, ação fiscal realizada pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel – GEFM, composto por 6 (seis) Auditores-Fiscais do Trabalho; 1 (uma) Procuradora do Trabalho; 1 (um) Procurador da República; 3 (três) Agentes da Polícia Federal; 5 (cinco) Agentes de Polícia do Ministério Público da União; 6 (seis) Policiais Rodoviários Federais; e, 3 (três) Motoristas do Ministério do Trabalho, na modalidade Auditoria Fiscal Mista, conforme Regulamento de Inspeção do Trabalho - RIT, aprovado pelo Decreto Federal nº 4.552 de 27/12/2002, art. 30, § 3º.

A fiscalização se deu no estabelecimento conhecido como Madeireira [REDACTED] que está localizado na [REDACTED] precisamente nas coordenadas geográficas [REDACTED]

O estabelecimento é explorado economicamente pela empresa [REDACTED] – CNPJ 03.214.692/0001-69, cujo proprietário é o senhor [REDACTED]

[REDACTED] No dia da inspeção da madeireira a equipe de fiscalização foi recebida pelo [REDACTED] [REDACTED] o qual prestou esclarecimentos ao GEFM [REDACTED] explicou que a madeireira recebeu uma notificação setorial no final de 2022, com prazo para regularização até o final de março/2023. No início de abril/2023, após o término do prazo de 150 dias para regularização, a empresa demitiu todos os trabalhadores e interrompeu as atividades. Após cerca de um ano parada, foi iniciado um processo de modernização das máquinas, que ainda está em curso. No momento da inspeção, a equipe de fiscalização identificou que 2 (dois) trabalhadores que laboravam nas adequações das máquinas e do espaço produtivo. Os dois trabalhadores estavam realizando serviços de solda e de pedreiro e, embora trabalhassem de forma contínua no local, tinham seus vínculos empregatícios mantidos na informalidade, apesar de presentes todos os requisitos da relação de emprego. Tal situação acarreta a indevida ausência de cobertura de proteção social em caso de doenças e acidentes de trabalho, a sonegação dos tributos e do FGTS devidos, além de outros prejuízos ao obreiro.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE
ESCRAVIZADO E TRÁFICO DE PESSOAS
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

As seguir fotos que demonstram os locais de trabalho, máquinas e a sede da empresa/residência dos proprietários estão no **ANEXO 1 - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA AÇÃO FISCAL**.

4.2. Da informalidade na contratação de trabalhadores.

Em entrevista realizada com os empregados, declarações do representante da empresa durante a inspeção no dia 10/10/2024 e pesquisa realizada no sistemas da Secretaria de Inspeção do Trabalho com auditoria na documentação apresentada, conforme notificação emitida, constatamos que a empresa acima qualificada, manteve os empregados abaixo relacionados estavam trabalhando sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.

Notificada a MADEIREIRA [REDACTED] realizou então, o registro dos empregados no esocial, entretanto por essa informação ter sido feito após o início da atividade dos trabalhadores no dia 14/10/2024, conforme documento anexo, incorrendo a autuada na infração acima ementada.

Ressalta-se que a transmissão dos dados básicos dos trabalhadores (evento S 2200) devem constar do e-Social desde o dia imediatamente anterior ao início da prestação dos serviços, para fins de cumprimento de obrigação do CAGED e da RAIS, consoante o art. 145, inciso I, alínea "a" da Portaria nº 671/2021, o que também não foi feito.

Esclarecemos que os empregados 1) [REDACTED]
[REDACTED] data de admissão 15/09/2024 E 2) [REDACTED]
[REDACTED] data de admissão 20/09/2024 exerciam as suas atividades remuneradas de forma permanente seguindo as normas disciplinares e cumprindo as ordens emanadas da gerência do referido empreendimento. Sendo assim, podemos afirmar que esses trabalhadores laboravam no local de trabalho inspecionado.

4.2.1 Do descumprimento de outras obrigações em decorrência da informalidade

A Auditoria também verificou que, em virtude de não ter formalizado os vínculos empregatícios dos trabalhadores mencionados no tópico anterior, o empregador deixou de



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE
ESCRAVIZADO E TRÁFICO DE PESSOAS
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

cumprir outros dispositivos legais relativos a obrigações inerentes ao contrato de trabalho, ou seja, deixou de anotar a CTPS no prazo de 5 (cinco dias) úteis após a admissão.

4.2.1.1 Da falta de anotação da CTPS no prazo de 5 (cinco dias) úteis após a admissão.

Na inspeção realizada no local de trabalho, auditoria dos sistemas e análise de documentos constatamos que os trabalhadores relacionados nesse auto de infração não tiveram suas CTPS anotada após o transcurso do prazo definido na Portaria MTP 671/2021.

Os trabalhadores baixo relacionados nesse auto de infração estavam trabalhando na MADEIREIRA [REDACTED] empresa acima qualificada, porém não estavam registrados (Auto de Infração n.22.839.465-1) e nem tiveram suas CTPS -carteiras de trabalho digital-devidamente anotadas.

Conforme o artigo 29 da CLT, o prazo para anotação da CTPS do trabalhador é de cinco dias úteis a contar da admissão, devendo ser informado neste prazo a data de admissão, o código CBO, o valor do salário contratual, o tipo de contrato em relação ao prazo e a categoria do trabalhador, consoante Art. 15, inciso I, da Portaria nº671/2021.

Salienta-se que a forma de anotação da CTPS é unicamente digital, por meio do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social), conforme o artigo 6º da Portaria nº 971/2021. Em consulta ao e-Social, verificou-se que o empregador não anotou a CTPS dentro do prazo legal, registro dos empregados do e social com a data do envio da informação para o sistema.

Dessa forma, o empregador enquadrado como empresa de pequeno porte deixou de anotar a Carteira de Trabalho dos trabalhadores abaixo relacionados no prazo legal, em desacordo com o artigo 29 da CLT, razão pela qual incorreu na infração acima.

Essa conduta prejudica toda a coletividade em especial os trabalhadores 1) [REDACTED]

[REDACTED] CPF [REDACTED] data de admissão 15/09/2024 e 2) [REDACTED]

[REDACTED] CPF [REDACTED] data de admissão 20/09/2024.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE
ESCRAVIZADO E TRÁFICO DE PESSOAS
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

4.3. Das irregularidades referentes à gestão de saúde e segurança do trabalho

A auditoria de saúde e segurança do trabalho, pautada na inspeção das áreas de vivência e dos ambientes de trabalho, nas entrevistas com os trabalhadores e na análise dos documentos apresentados pelo empregador, encontrou inconformidades em relação às determinações dispostas nos normativos pertinentes, conforme listadas abaixo. Registre-se que não foi concedido ao empregador em relação às infrações seguintes o benefício da dupla visita constante do art. 23 do Decreto nº 4.552/2002 e do § 1º do art. 55 da Lei nº 123/2006, haja vista que foi constatado trabalhador sem o devido registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente e sem a anotação da CTPS.

4.3.1 Deixar de submeter o trabalhador a exame médico admissional.

O empregador acima qualificado deixou de submeter aos exames médicos admissionais os seguintes empregados: [REDACTED] auxiliar de serviços gerais, admitido em 15/09/2024 e [REDACTED] soldador e motorista, admitido em 20/09/2024. Em entrevista realizada com estes empregados, eles nos declaram que não haviam realizados os exames admissionais.

Notificado o empregador para apresentar diversos documentos entre eles o exame médico admissional dos trabalhadores, o representante da empresa nos enviou um e-mail no dia 14/10/2024, através qual solicitava um prazo para apresentar os exames admissionais e documentos de SST (saúde e segurança do trabalho) solicitados na notificação, como PCMSO e PGR. Desta forma, conclui-se que os empregados iniciaram suas atividades laborais sem submeter aos exames médicos admissionais.

Vale destacar que a análise da aptidão dos trabalhadores para o desempenho das funções contratuais põe em relevo o importante papel da medicina do trabalho, correlacionando as atividades a serem desempenhadas com as características biopsicofisiológicas dos empregados.

O exame médico admissional é importante por fornecer garantias ao empregador e ao empregado. No caso do empregador, a avaliação assegura que o novo empregado não terá impeditivos na execução de seu trabalho e protege o autuado de ser responsabilizada por doenças preexistentes. O empregador também consegue evitar implicações legais pelo não cumprimento de normas obrigatórias e reduzir acidentes no ambiente de trabalho. Para o



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE
ESCRAVIZADO E TRÁFICO DE PESSOAS
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL**

trabalhador, além da liberação médica, há a garantia de que a lei seja cumprida, caso ele enfrente problemas de saúde após iniciar no novo emprego. Se o profissional for contratado plenamente saudável, mas adquirir alguma doença no decorrer de seu contrato de trabalho, ele será afastado por período indeterminado até que seu estado de saúde normal seja restabelecido. Se novos exames comprovarem que a doença foi adquirida no trabalho, o funcionário poderá ser indenizado pelo adoecimento ocupacional.

5. DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GEFM

Em decorrência da inspeção no estabelecimento, houve emissão, no mesmo dia 10/10/2024, da NAD – Notificação para Apresentação de Documentos [REDACTED] para apresentação de documentos sujeitos à inspeção do trabalho no dia 15/10/2024, por e-mail. Nesta data o empregador enviou parcialmente a documentação notificada e efetuou a formalização dos registros do contrato de trabalho dos 02 (dois) trabalhadores que estavam laborando na informalidade.

6. DOS AUTOS DE INFRAÇÃO

As irregularidades mencionadas neste Relatório ensejaram a lavratura de 3 (três) **autos de infração** (CÓPIAS ANEXAS), em cujos históricos estão descritas detalhadamente a natureza de todas as irregularidades. Segue, abaixo, a relação dos autos lavrados.

	Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação
1	22.839.465-1	001774-4	Admitir ou manter empregado em microempresa ou empresa de pequeno porte sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.	Art. 41, caput, c/c art. 47, §1º da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação conferida pela Lei 13.467/17.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE
ESCRAVIZADO E TRÁFICO DE PESSOAS
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

2	22.841.781-3	002204-7	Deixar o empregador enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte de anotar a CTPS do trabalhador no prazo legal.	Art. 29, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com art. 15, incisos I e II, da Portaria MTP 671/2021.
3	22.841.783-0	107110-6	Deixar de submeter o trabalhador a exame médico admissional.	Art. 168, inciso I, da CLT, c/c item 7.5.6, alínea "a", da NR-7, com redação da Portaria nº SEPRT nº 6.734/2020.

7. DOS INDICADORES DE SUBMISSÃO DE TRABALHADOR A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO

Não foram constatados indicadores de submissão de trabalhador a condições análogas às de escravo.

8. GUIAS DE SEGURO-DESEMPREGO DO TRABALHADOR RESGATADO

Não foram emitidas guias de seguro-desemprego, tendo em vista que não foram constatados trabalhadores em condições análogas às de escravo.

9. CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS

No caso em apreço, em consonância com o diagnóstico técnico embasado pelas determinações da Instrução Normativa nº 2/MTP, de 08/11/2021, e de seus indicadores, conclui-se que **não havia** no estabelecimento fiscalizado, no momento da inspeção, evidência de práticas que caracterizassem situações de trabalho análogo ao de escravo, embora tenham sido encontradas irregularidades trabalhistas que foram objetos de autuação.

No estabelecimento foram entrevistados os trabalhadores e inspecionados as frentes de trabalho, áreas de vivência e alojamento. Não foram relatadas notícias de trabalho forçado, jornada exaustiva, quaisquer tipos de restrição de locomoção dos trabalhadores, vigilância armada, retenção de documentos ou de objetos pessoais com o fim de impedi-los de deixar o local de trabalho. Também não foram encontradas irregularidades que, em seu conjunto, caracterizassem condições degradantes de trabalho e vida.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO AO DE
ESCRAVIZADO E TRÁFICO DE PESSOAS
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL

Destarte, sugerimos o encaminhamento deste relatório, com todos os anexos, ao Ministério Público do Trabalho, à Defensoria Pública da União, ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal para adoção das providências que considerarem cabíveis.

Brasília/DF, 28 de janeiro de 2025



Auditor-Fiscal do Trabalho
Membro Efetivo do GEFM